



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

1. ABERTURA

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas catorze horas e quarenta e sete minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

I - LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DE REUNIÃO ANTERIOR

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Membros do Executivo

III - ORDEM DO DIA

A. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Administrativa

- 1.1. Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M. – Contratos-programa para o ano de 2020
- 1.2. Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M. – Autorizações prévias para utilização de fogo de artifício
- 1.3. Rancho Folclórico Neveiros do Coentral – Pedidos de apoio – Ratificação de despacho
- 1.4. União Recreativa Sapateirense – Pedido de licença especial de ruído – Ratificação de despacho
- 1.5. Sport Castanheira de Pera e Benfica – Pedido de cedência transporte
- 1.6. Regulamento Municipal de Utilização do Auditório da Praça da Notabilidade – Início de procedimento
- 1.7. Sport Clube de Frielas – Loures – Pedido de cedência de espaço e de isenção do pagamento da respetiva taxa
- 1.8. Clube do Ambiente “O Girassol” da Escola Básica Dr. Bissaya Barreto – Pedido de espaço no mercado municipal e isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.9. Jantar de Natal do Município
- 1.10. Convívio de Natal para Idosos
- 1.11. Direito de preferência de confinante de prédio rústico
- 1.12. Igreja Vetero Católica – Pedido de cedência do auditório da Praça da Notabilidade

2. Secção Financeira

- 2.1. Balancete
- 2.2. Pagamentos
- 2.3. Revisão às Grandes Opções do Plano de 2019
- 2.4. Revisão ao orçamento de 2019



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

- 2.5. Alterações às Grandes Opções do Plano de 2019
- 2.6. Alterações ao Orçamento de 2019
- 2.7. Alteração à proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020
- 2.8. Liquidação total antecipada de empréstimos
3. Secção de Aprovisionamento, Gestão de Stocks e Património
- 3.1. Serviço de transporte de passageiros no concelho de Castanheira de Pera – Ano 2019/2020 – Ratificação de despachos

IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

2. LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

Foi presente a ata n.º 16/2019, relativa à reunião de Câmara ocorrida em 30 de agosto, tendo a mesma sido alvo de aprovação por unanimidade.

Seguidamente informou a Sra. Presidente que as restantes atas em falta já se encontram transcritas faltando somente a realização da sua revisão estando a ser enviados esforços para a sua conclusão com a maior brevidade possível.

No uso da palavra, questionou o Sr. Vereador António Antunes acerca da documentação que já haviam solicitado, tendo a Sra. Presidente acrescentado que a questão ora apresentada também já estaria a ser tratada.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Tomando a palavra a Sra. Presidente, começou por indicar as seguintes informações:

- Em 26/11/2019, foi outorgado o contrato de empréstimo entre o Município e o FAM referente às habitações não permanentes.
- Entre os dias 29 e 30/11 p.p., realizou-se em Vila Real o congresso da Associação Nacional de Município, onde estive presente acompanhada pela Dra. Paula Campos, em representação da Assembleia Municipal. O tema central foi a descentralização e a regionalização. A sessão de abertura foi presidida pelo Presidente da República Portuguesa e a de encerramento pelo Primeiro-Ministro;
- Em 05/12/2019, o Tribunal de Contas concedeu visto ao contrato de empreitada “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta) Incêndio 2017.
- Em 6/12/2019 decorreu no Auditório da Praça da Notabilidade o “II Debate Florestas e Legislação: Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios”, que contou com a participação de vários especialistas na matéria.
- Em 12/12/2019, e no uso da faculdade prevista no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I do Decreto-Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi outorgada adenda ao Protocolo do fundo ambiental. O assunto será submetido a ratificação na próxima reunião do executivo.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

- No âmbito do início da atividade da APIN, prevista para o dia 02/01/2019, será publicitado na página e no *facebook* do Município, bem como distribuído à população do concelho, o *flyer* anexo contendo informações sobre o assunto.
- O prazo de execução da empreitada “Passadiços das Quelhas” começou a 25/11 com a comunicação da aprovação do PSS e termina a 9/02/2020, tendo, em 09/12/2019, ocorrido o início dos trabalhos.
- Na sequência da inauguração do evento “Natal na Aldeia”, ocorrida em 07/12/2019, expressei o meu agradecimento a todos quantos colaboraram para que a mesma fosse uma realidade, apelando para que se mantenham unidos e solidários levando, assim a bom porto esta missão até ao último dia do evento. Realço a enorme afluência que ocorreu no dia da inauguração, conforme, aliás já o fiz nas breves palavras que então proferi, e enalteço a presença dos senhores vereadores do PS.
- Verifica-se a necessidade de se efetuar uma reunião de câmara extraordinária, logo no início do ano, por causa da questão do serviço público de transportes de passageiros, propondo para o efeito, o dia 02 de janeiro de 2020.

Em complemento e considerando que em reunião anterior teria sido questionado pelos Srs. Vereadores do PS o valor pelo qual o Município adquirira o trator e o respetivo braço, a Sra. Presidente informou que o montante total da aquisição do equipamento foi de 72.840,00€, acrescido de 9.469,20€ de IVA. Acrescentou que o trator teria tido um custo de 42.290,00€ e o braço de 30.550,00€, valores sem IVA, tendo o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referido que se tratava do valor presente na plataforma respetiva.

Após a prestação das informações supra, foi questionado pelo Sr. Vereador António Antunes a data de conclusão para a execução da empreitada “Passadiços das Quelhas”, tendo a Sra. Presidente esclarecido que seriam 75 dias a contar do seu início, prevendo-se, assim que a obra esteja concluída em fevereiro de 2020.

Quanto à informação relativa à eventual realização de uma reunião de câmara extraordinária, a Sra. Presidente esclareceu que o motivo estava relacionado com os transportes e a necessidade de assegurar a continuidade do serviço, mas que o assunto ainda estava em estudo.

Retomando a palavra, o Sr. Vereador António Antunes solicitou à Sra. Presidente que repetisse a data de contratualização do empréstimo para as segundas habitações e a data em que o Tribunal de Contas teria concedido o visto ao contrato de empreitada “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta) Incêndio 2017”.

Esclareceu a Sra. Presidente que em 05/12/2019, o Tribunal de Contas concedeu o visto ao contrato de empreitada “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta) Incêndio 2017 e que em 26/11/2019, foi outorgado o contrato de empréstimo entre o



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

Município e o FAM referente às habitações não permanentes que o contrato de empréstimo teria sido celebrado no dia 26 de novembro do presente ano, aditando que ainda não tinha existido qualquer disponibilização de fundos.

Solicitou a palavra o Sr. Vereador Nuno Tomás para informar que esteve presente, no dia 4 de dezembro, no Encontro Nacional das Agências de Energia e Ambiente, realizado em Espinho e que, para além da atribuição de um prémio internacional, foi debatido, em breves notas, o conteúdo do quadro comunitário para o ano de 2020.

Findas as informações, interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes indicando que na sequência da informação prestada acerca dos custos do trator e do braço adquiridos e, apesar de ser uma incumbência do Executivo, tendo os Vereadores do PS tido conhecimento que esta Câmara iria adquirir aquele tipo de equipamento, tentaram, antecipadamente, perceber qual seria o custo de equipamento semelhante ao adquirido.

Desta forma, e em jeito de partilha, indicou que um trator “*Same Cabvi*” mais potente do que o adquirido pela Câmara, de 100 cv, hidráulico, e com uma série de especificidades, custaria 37.800,00€, “*sensivelmente menos 5 mil euros*” que o valor apresentado, relativamente ao braço não tinham um valor, uma vez que não conheciam as especificidades do equipamento. Prosseguindo, referiu que, “*de qualquer maneira são 5 mil euros, não faço ideia de qual é que é melhor, ou se um é melhor que o outro, ou se é igual, ou se é a mesma coisa, agora o que é certo é o facto de muitas vezes bastar pelo menos permitir que nós avançássemos também com a ideia, pois, são 5 mil euros, mas poderiam ser 10 ou 50. Mas fica aqui, de facto, essa nota que era possível adquirir um equipamento mais potente, portanto, que à partida com melhores condições com menos dinheiro. Portanto, o critério naturalmente é vosso, mas a poupança acho que devia presidir ou o gasto criterioso dos dinheiros públicos acho que deve ser uma premissa a ter em conta, e portanto nessa premissa ou nesse pressuposto deixamos aqui esta informação que acho que devia ou poderia ter sido tida em conta.*”

Prosseguindo, quis esclarecer uma situação ocorrida na anterior reunião que não interessa estar a “*repescar o assunto que foi o que foi no entanto não ficaria tranquilo deixando isto por dizer*”, designadamente com o Sr. Vice-Presidente. – “*Portanto independentemente do assunto que foi bandeira, por assim dizer da reunião, confesso-vos que quando estávamos a discutir o assunto, de facto, não interpretei ou não tive a capacidade de interpretar, não interpretei aquilo que foi dito daquela forma mas, à posteriori, e revendo aquilo que foi a discussão em si, eu acho que é perfeitamente desnecessário e digo ao Sr. Vice-Presidente porque na altura ele estava a falar, eu lembro-me do Sr. Vice-Presidente, a certa altura, utilizar a expressão “espero não cometer os mesmos erros”, e eu francamente entendi que esses erros eram sobre uma pessoa que nem sequer estava na sala, e não entendi que fossem meus. E que percebi depois que o Sr. Vice-Presidente estava a dizer “espero não cometer os mesmos erros que eu”.*

Continuando, acrescentou, “*E quero-lhe dizer que, revendo depois aqui a discussão, quero-lhe dizer que erros terei cometido imensos, cometerei muitos ainda, mas quero dizer que não tenho, porventura, nenhum motivo em especial*



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

para me orgulhar mais ou menos, agora há uma coisa que eu tenho a certeza, não tenho nenhum motivo para me envergonhar do meu percurso até aqui, portanto, queria-lhe dizer isto, com toda a serenidade que o assunto merece, mas não queria deixar passar sem o dizer, porque confesso que não lhe respondi na altura, porque como estava a querer insinuar que eu trazia uns escritos que não eram meus, e eu fiquei a pensar que estaria a falar desse assunto, nessa suposta ideia de que estaríamos aqui a falar de outra pessoa que não estava na sala, e depois percebi que não era, até porque em diálogo com o Vereador António e, a ser assim, queria-lhe dizer isso com toda a clareza para encerrar o assunto.”

Concluiu dizendo, “O que é político já foi aqui mais do que explícito, e eu nem tomei aquilo como se fosse pessoal. Portanto, dizer-lhe que sem considerações de valor e sem considerações que são subjetivas sobre o facto de trazer ou de eventualmente querer invocar aspetos pessoais para o debate político, sobre isso nem me pronuncio, mas acho que era desnecessário. E por achar que era desnecessário quero-lhe dizer cara a cara que porventura não terei nenhum motivo especial para ter mais ou menos orgulho que ninguém”.

Na sequência, o Sr. Vereador João Graça referiu que não se lembrava do que agora acabara de ser suscitado, pelo que solicitou alguns esclarecimentos e contextualização da situação.

Com a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes esclareceu que lhe estava a falar de uma fábula e que o Sr. Vereador João Graça na altura terá “*insinuado*” se eram palavras suas o que tinha escrito nos apontamentos ou se era alguém que tinha escrito por mim. Lembrou que na altura respondeu ao Sr. Vereador João Graça que não precisava que me escrevessem aquelas palavras mas que não teria qualquer problema se tivesse sido outra pessoa, ao que o Vereador João Graça respondeu “*espero ter a capacidade de copiar o que é bom e não cometer os mesmos erros*”, expressão que utilizou “*não para falar de outra pessoa mas sim de mim, lembra-se de ter dito isto ou não? Foi qualquer coisa deste género, é evidente que não consigo reproduzir ipsis verbis*”.

Retomando a palavra, o Sr. Vereador João Graça referiu que a única coisa que lhe estava a fazer confusão era a extrapolação que o Sr. Vereador Gonçalo estava a fazer do ocorrido na reunião anterior, e que não estava a perceber mas que iria analisar o assunto.

Em seguida, interveio o Sr. Vereador António Antunes deixando uma nota de preocupação relativamente ao acesso ao Carregal Cimeiro (acesso mais próximo do ramal da Moita), uma vez que após a queda de algumas pedras e desabamento do talude, se teria firmado nesta Câmara que se encontraria uma solução técnica para o referido talude, mas que, no entanto, a estrada foi reaberta ao trânsito e nada parece ter sido feito relativamente ao problema apresentado.

Prosseguindo, manifestou a sua preocupação reiterando que considera urgente a resolução da questão do talude, uma vez que o mesmo não se encontra estável, dando conta que já caíram mais algumas árvores e pedras, colocando em



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

causa a segurança das pessoas nas duas vias em questão, no acesso e na EN 236 -1.

Indicou que, a propósito da leitura da ata n.º 16/2019, pretendia reiterar a questão dos acessos a algumas estradas florestais, designadamente na pavimentação realizada entre a regional 347 e a aldeia alertando que considera urgente repor os acessos que ainda restam.

Relativamente à informação do “Natal na Aldeia” prestada supra, indicou que os Vereadores do PS faziam votos de que o evento tivesse imenso sucesso. Ademais, indicou que da primeira e segunda edição para esta se teria colocado profissionalismo na organização do evento em causa, e que considerava que tal deveria ser enaltecido e se revelava extremamente positivo para o evento. Acrescentou que, tal como afirmaram há dois anos atrás, aquele primeiro ano teria sido um ano excecional a nível de colaboração, voluntariado de empresas, e que teriam alertado que tal acabaria por deixar de existir, e, portanto, de uma forma positiva, a Prazilândia estaria a realizar esse trabalho de forma muito construtiva e profissional, considerando que o evento se deve montar por ele mesmo, renovando os votos que esta edição tenha sucesso e haja continuidade na sua concretização nos próximos anos.

No uso da palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes acrescentou que, sem prejuízo do que já fora referido, consideram que deve haver um desenvolvimento do próprio conceito, no sentido de complementar o evento com características diferenciadoras ou da capacidade de criar uma dinamização mais visível e constante. Afirmou que a marca “Natal na Aldeia” se encontra, aparentemente, consolidada, pelo que se deveria alargar ou agregar àquele conceito atividades que permitissem torná-lo mais atrativo, quer em termos de dinâmica de pessoas, quer à continuidade e sustentabilidade do mesmo, seja através de artesanato, gastronomia, o que for. Assim, manifestou opinião de que o conceito carece de ser aprofundado e de ser melhorado no sentido de gerar maior abrangência e sustentabilidade.

Novamente no uso da palavra referiu o Sr. Vereador António Antunes que a premissa neste evento consiste na ligação entre a Câmara Municipal e a entidade organizadora, neste caso a Prazilândia. Alertou que não existe no site da Câmara Municipal nenhuma referência ao evento em causa, e que seria importante esta auxiliar na promoção daquele evento.

Complementou o Sr. Vereador Gonçalo Lopes que considera a ausência de referência ao evento no site do Município como um exemplo flagrante e lamentável, ou se quiserem extrapolar, que poderá significar que não existe o envolvimento desejável entre as duas instituições – Câmara Municipal e Empresa Municipal. Ademais, indicou que aproveitando o exemplo exposto, se alterem as metodologias no sentido de uma vez por todas, e numa área que se assume absolutamente fundamental como é a do Turismo para o desenvolvimento e futuro coletivos, sejam trabalhadas para que a cooperação se torne uma realidade. Concluiu que não se assume admissível este distanciamento entre duas entidades que, cada uma à sua maneira, detém responsabilidades neste setor.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

Acrescentou o Sr. Vereador António Antunes que, estando este evento perfeitamente delineado e planeado, deveria estar incluído no separador de festas e romarias no site do Município. Assim, acentuou a necessidade e importância de a Câmara Municipal ser um motor na promoção e um aliado nesta organização.

Seguidamente questionou o que tinha sido avançado naquele Encontro de Agências da Energia e Ambiente acerca do próximo quadro comunitário, se já se encontraria definido o seu âmbito, bem como os benefícios que poderiam ser usufruídos pelos Municípios.

Solicitou ainda informação se teria havido alteração dos termos e pressupostos da criação da APIN, uma vez que teria sido referido na imprensa que haveria lugar ao incremento das taxas não se tendo, contudo, feito referência ao concelho de Castanheira de Pera.

Por fim, e na senda do que foi informado acerca da “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta) Incêndio 2017” e do visto concedido pelo Tribunal de Contas, constatou que ao invés do que aconteceu nesta empreitada, outras obras, também urgentes, não tinham sido iniciadas em virtude de não existir o visto exigido, como é o caso das pavimentações das estradas, e que essa solução poderia, ou melhor, deveria ter sido utilizada também para essas obras evitando-se uma série de constrangimentos com os munícipes, que já duram há muitos anos.

Novamente no uso da palavra, questionou o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, a propósito da conclusão dos trabalhos de pavimentação do acesso ao Trevim, a razão ou critério pelo qual não se considerou requalificar também o acesso ao Santo António da Neve, opinando que o mesmo poderia ter sido feito até com um custo menor uma vez que a questão da deslocalização das máquinas já não se impunha.

Pediu a palavra, o Sr. Vereador João Graça referindo que tem estado a pensar nas palavras do Sr. Vereador Gonçalo a propósito do sucedido na reunião anterior, explicando *“o que eu referi de certeza que foi realmente em relação àquilo que estava a dizer, de eu achar que o Gonçalo, que alguém lhe disse para dizer isso ou alguém lhe contou essa história, porque, em relação àquilo que me estava a pôr, e que já nem me lembrava, dos seus erros, eu não tenho relação contigo para conhecer os teus erros portanto não posso falar disso, eu posso falar das coisas que tenho assistido nos últimos dois anos aqui dentro, e de uma curtíssima relação que a gente tem fora daqui, e acho que já devias ter entendido pela forma como eu lido que é essa mesmo. Que erros? Fora daqui? De quê? Da tua atividade profissional? Ou da tua vida? Desconheço. Ouço coisas que não se passaram comigo, portanto nunca poderei achar isso como uma realidade, provavelmente terás uma visão completamente diferente. É assim que eu funciono. O que eu disse foi exatamente isso. Acho muitas vezes que vêm coisas para aqui que são ou encomendadas ou preparadas por outros.”*

Interrompendo, o Sr. Vereador António Antunes contestou aquelas palavras referindo *“Mas acha muito mal Sr. Vice-Presidente!”*



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

Novamente no uso da palavra, o Sr. Vereador João Graça referiu “mas eu acho isso, e ainda achei mais, achei que o Gonçalo depois não percebeu bem aquilo que eu estava a dizer, e quando falou contigo ficou com a ideia reforçada que seria isto. Aí está já uma interpretação que se calhar é feita muitas vezes por ti, agora não foi esse o intuito do alcance das minhas palavras, porque eu não raciocino dessa forma. Não quer dizer que a forma como raciocino seja a correta, e ainda há outra coisa, eu às vezes estou aqui calado e ouço-vos falar, falar e não concordo com o que estão a dizer, mas nem me manifesto e já há tempos vos disse isso, porque acho que isto vale o que vale, o que aqui fica porque as pessoas resumem-se muito, pelo menos a avaliação que eu faço das pessoas e da forma como elas agem, não é só no que elas dizem, é no que elas fazem, aqui e fora daqui e portanto, eu não tenho nada a dizer em relação aos erros do Gonçalo dessa forma, não tenho porque não tenho conhecimento de facto.”

Prosseguindo, acrescentou “Tenho agora que fazer um reparo que provavelmente ia passar porque, de facto, às vezes ouço e deixo passar.

Esta situação do trator, porque muitas das coisas que vocês aqui dizem, eu fico sempre com a sensação que é a tentar retirar uma vantagem qualquer política de qualquer coisa, e não estão da mesma forma que eu estou, e por isso é que às vezes ficam espantados, porque acham sempre que eu estou para chegar a outro lado.

Esta situação do trator, não ponho em causa nada do valor que me disse, mas está a comparar coisas iguais? Porque a gente para comparar uma coisa que vamos comprar tem de ser exatamente igual. Eu não sei, se calhar até comparou, se calhar o valor que aí tem é exatamente com as mesmas características. Eu não sei se tem dois bancos, eu não sei que caixa é que tem, uma caixa de rotação de um trator, se for uma 2020 ou 2015, pode ter diferenças de 15 mil euros. Não sei exatamente o exercício que fez. Admito que tenha sido o correto, que é comparar características exatamente iguais, as características técnicas todas que a viatura que a gente comprou, porque foi isso que nós fizemos. Quando pedimos os orçamentos foi exatamente com as mesmas características. Se não foi isso... Está aqui a acabar de dizer que podia haver uma poupança de 5 mil euros, e que os dinheiros públicos têm de ser executados com o maior rigor possível, mas acha que a gente não faz isso?”.

Tomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes argumentou que não disse isso alegando “Eu não faço insinuações”.

Em complemento, o Sr. Vereador António Antunes ressaltou que a intenção do Sr. Vereador Gonçalo Lopes em ter trazido o assunto do trator teria sido realçar a necessidade de participação e inclusão dos Vereadores do PS na discussão destes assuntos, por forma a contribuírem de forma positiva.

Em resposta, o Sr. Vereador João Graça referiu que as pessoas votaram para que sejam eles os três, o Executivo em funções, a decidir sendo que é uma questão prática da gestão da Câmara e portando não podem estar constantemente a chamar os Vereadores do PS a todas as discussões e decisões.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

De novo com a palavra, o Sr. Vereador António Antunes referiu que o Vereador João Graça começou com um discurso que não é verdadeiro porque depois revela-se no seu final.

Volvendo, o Sr. Vereador João Graça referiu que considera as suas palavras verdadeiras.

Retomando, o Sr. Vereador António Antunes reafirmou que a intenção do Vereador Gonçalo Lopes ao falar do trator é que percebam que se incluem os Vereadores do PS na discussão de alguns assuntos podem contribuir de forma positiva para as decisões.

Após a troca de mais algumas impressões acerca do assunto, a Sra. Presidente encerrou o assunto.

Em seguida, esclareceu que a situação do acesso ao Carregal Cimeiro se encontra daquele modo em virtude de se ter concluído que não é incumbência do Município intervir naquele troço. Ao invés, as Infraestruturas de Portugal têm responsabilidade naquele troço específico, pelo que em sede de reunião com aquela entidade foi exposta a situação do acesso em questão. Concluiu que a realização da intervenção naquele acesso pelas Infraestruturas de Portugal seria benéfica para o Município, desde logo porque se evitaria o custo da mesma.

Relativamente aos acessos às estradas florestais, esclareceu o Sr. Vereador Nuno Tomás que, na altura em que o assunto foi abordado em sede de reunião de Câmara, diligenciou para que os mesmos fossem repostos. Assumiu que, eventualmente, algum poderá ter escapado, até porque não os conhece a todos, ou porque alguns poderiam estar sujos ou com alguma vegetação, ou que lhe pareceram propriedade privada. De qualquer forma, demonstrou disponibilidade para ouvir e debater com o Sr. Vereador António Antunes acerca dos acessos que deveriam ser alvo de intervenção, tendo este alertado que pelo menos dois não teriam sido repostos.

Novamente no uso da palavra referiu a Sra. Presidente relativamente à chamada de atenção realizada acerca do “Natal na Aldeia” que todos tinham consciência de que a primeira edição não poderia servir de exemplo tendo em consideração a conjuntura em que o próprio evento nasceu. Ademais, manifestou opinião de que o evento se tem vindo a solidificar de ano para ano.

Relativamente à ausência de promoção do evento na página do Município, concordou que o site tem outras deficiências, havendo informações incorretas ou desactualizadas. No entanto, concluiu que isso não significa que a Câmara Municipal e a empresa municipal não estejam interligadas, desde logo porque se tomaram deliberações em sede de reuniões de Câmara que representam essa cooperação.

Acrescentou, relativamente ao trator, que só pode ser comparado aquilo que é comparável, ressaltando que entendeu que o que se pretendia realçar era a fomentação da participação de todos, constituindo uma mais valia. Realçou que a



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

gestão do dinheiro público constitui uma preocupação constante de todos, e que tem havido o maior rigor nessa matéria.

Na senda do que teria sido dito acerca da APIN e às notícias publicadas, esclareceu que não existiria nenhuma alteração. Indicou que também tinha visto algumas notícias em que no título se evidenciavam 4 concelhos, no entanto no corpo da notícia já surgiam elencados todos os participantes.

Por último, indicou que relativamente à requalificação do acesso ao Sto. António estava a ser aferida a possibilidade de o fazer nos mesmos moldes em que foi intervencionado o acesso ao Trevim, desde logo porque existem mais dois parques eólicos localizados acima do acesso referido. Deste modo, estão a aguardar uma tomada de posição que, a verificar-se, será de todo benéfica para o Município, daí que não tenha sido ainda ponderada a possibilidade de realização de obras nesta fase.

Solicitou a palavra o Sr. Vereador Nuno Tomás indicando que naquele Encontro das Agências da Energia e Ambiente eram para estar presentes o Ministro do Ambiente e o Secretário de Estado João Galamba e não estiveram pelo que considerou que houve informações que não foram debatidas em profundidade por escassez de informação.

De qualquer modo, pelo exposto naquele encontro, pôde concluir que a partir de janeiro existirão diversos Avisos em relação a estas matérias. Aditou que considera que existirá uma verba avultada alocada para a Energia e Ambiente, no entanto não foram abordados os temas a um nível específico. Concluiu que estarão atentos e que tentarão aproveitar ao máximo os Avisos que forem saindo.

Nesta matéria, manifestou o Sr. Vereador Gonçalo Lopes que, pelo que percebeu, o próximo quadro comunitário apostará fortemente no combate às alterações climáticas e descarbonização da economia, pelo que considera que Castanheira de Pera, em virtude da sua exposição solar fabulosa, deveria estar atenta e começar, eventualmente, até com auxílio dos compartes, a estudar localizações para que o próprio Município possa constituir-se como produtor com escala em matéria de energia. Ademais, indicou que existem empresas interessadas e em busca de área onde possam instalar parques fotovoltaicos, e se houvesse planeamento, no momento certo, bastava concretizar.

Nesta senda, a Sra. Presidente esclareceu que em reunião com a EDP Renováveis foi abordada essa questão, até porque a entidade em causa estaria interessada em rentabilizar a área que já detém.

Retomando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que essa poderá ser uma possibilidade, alertando, contudo, que existem outras entidades que até poderão apresentar condições mais vantajosas.

Seguidamente informou o Sr. Vereador Nuno Tomás que no dia 17 de janeiro haveria lugar a uma reunião dedicada ao tema das comunidades de produção de energia. Ademais, lembrou da candidatura elaborada ao abrigo da eficiência energética que, por sua vez, contempla a instalação de painéis



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

fotovoltaicos no edifício da Câmara, Pavilhão Municipal e outros que se apresentam com características ideais à implementação daqueles painéis.

Novamente no uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu a possibilidade de a Câmara Municipal utilizar estes mecanismos como oportunidade de negócio.

Na sequência, o Sr. Vereador João Graça validou os contributos concedidos, apresentando a par disto, a solução do aproveitamento dos recursos hídricos existentes no concelho, para produção de energia.

Salientou que em conjunto com o Sr. Vereador Nuno Tomás realizaram contactos, por forma a perceberem que tipo de interesse existiria no aproveitamento deste recurso, registando a existência de interesse na implementação de soluções idênticas à do Parque do Safrujo.

Manifestou opinião de que a questão da energia hídrica lhe parecia mais vantajosa, sem impacto visual e com menos ocupação de solo.

Por fim, concordaram que nada obstará a que o Município se assumisse como um produtor de energia “limpa”.

No uso da palavra, o Sr. Vereador António Antunes ressaltou que não tendo conhecimento do que consta do quadro comunitário e considerando que se este vier dirigido aos “pequenos produtores”, teremos muito a beneficiar. No entanto se vier direcionado aos grandes produtores, designadamente EDP, obviamente, que ficaremos prejudicados relativamente a esta matéria, acrescentando que aquando da saída dos Avisos já poderíamos ter uma localização de 50 hectares para a implementação de projetos.

Referiu o Sr. Vereador João Graça que têm que ser aferidas as várias possibilidades, considerando que, a nível turístico, se calhar não nos interessaria ter aquele impacto visual, comparando com o que se tem com a implementação das eólicas. – *“Na altura achámos muita piada às eólicas e agora chegamos ao cimo da serra e não tem assim um aspeto tão agradável, enquanto que com o hídrico nós temos um potencial enorme, as mini-hídricas podem-se colocar bastantes na nossa ribeira e não terá esse impacto.”*

Em resposta e ressaltando não estar em defesa da implementação de painéis fotovoltaicos, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes acrescentou que aquilo que pretende é que o Município aproveite o momento para ganhar dinheiro e apostar fortemente nessa matéria. Salientou que entende os argumentos invocados pelo Sr. Vereador João Graça, todavia poderia por exemplo, haver aproveitamento das zonas de descontinuidade florestal para implementação dos painéis, sendo um “2 em 1”.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu este ponto por encerrado e passou à ordem do dia.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

ORDEM DO DIA

4. PRAZILÂNDIA, TURISMO E AMBIENTE, E.M. – CONTRATOS-PROGRAMA PARA O ANO DE 2020

Considerando o disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, constituindo a disciplina legal das empresas locais;

Considerando que à luz do referido enquadramento legal, a Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M. é uma empresa local, pessoa coletiva de direito privado que goza de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira, cujo capital social é integralmente detido pelo Município de Castanheira de Pera;

Considerando que, atendendo ao seu escopo estatutário, a Prazilândia, Turismo e Ambiente se integra na tipologia das empresas locais de gestão de serviços de interesse geral, enquadrando-se na tipificação da alínea a), do artigo 45.º da citada Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

Considerando que nesse âmbito a Prazilândia, Turismo e Ambiente poderá, nomeadamente, gerir e explorar determinados espaços, instalações e equipamentos cedidos pelo Município de Castanheira de Pera;

Considerando que, nos termos do n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a prestação de serviços de interesse geral pelas empresas locais e os correspondentes subsídios à exploração dependem da prévia celebração de contratos-programa com as entidades públicas participantes;

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 5 do supra referido preceito legal, o Município celebrou com aquela empresa três contratos-programa para o ano em curso (Contrato-programa para o Museu Casa do Tempo e Lagar do Corga, Contrato-programa para o Parque Azul e Contrato-programa para a Promoção Turística e de Atividades Culturais, Educativas e Desportivas), que se encontram em execução;

Considerando que os pressupostos subjacentes à celebração dos mesmos se mantêm;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal a renovação de todos os contratos-programa com a Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M. atualmente em curso, para vigorar em 2020, nos precisos termos das respetivas minutas que se juntam em anexo e se dão aqui por reproduzidas para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante, sem prejuízo de eventual outorga em momento posterior de outro(s) contrato(s)-programa em função de atividades específicas que não caibam no âmbito dos presentes.

DISCUSSÃO:

Solicitou a palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referindo que por uma questão de coerência com aquilo que têm dito e mantendo a posição assumida, querem acreditar que o Conselho de Administração da Empresa Municipal estará a apostar em atingir o patamar exigido e objetivos propostos.

Prosseguindo, afirmou que a empresa tem demonstrado, mediante os sucessivos relatórios, uma consolidação financeira, pelo que considera que se deve primar pela autonomização total, financeira da empresa em questão. Por fim, fez votos que nos resultados obtidos este ano a empresa venha confirmar que, pela primeira vez, possa ser atingido este objetivo.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

5. PRAZILÂNDIA, TURISMO E AMBIENTE, E.M. – AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS PARA UTILIZAÇÃO DE FOGO DE ARTIFÍCIO

Presente e-mail remetido em 03/12/2019 pela Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M., solicitando autorização para o uso de fogo-de-artifício, por ocasião da inauguração do evento “Natal na Aldeia”, que decorreu no Jardim junto à Casa da Criança D. Leonor, no dia 07 de dezembro de 2019.

Presente o despacho proferido pela Presidente da Câmara Municipal em 05/12/2019, determinando o deferimento do pedido, nos termos da Informação/Análise Técnica emitida em 04/12/2019 pelo Serviço Municipal de Segurança e Proteção Civil/ Gabinete Técnico Florestal desta Câmara Municipal.

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere proceder à ratificação do aludido despacho, nos seus precisos termos.

Presente e-mail de 11/12/2019 remetido igualmente pela Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M. solicitando nova autorização para a utilização de fogo-de-artifício, desta feita no âmbito das comemorações de passagem de ano integradas no já referido evento “Natal na Aldeia”.

Presente Informação/Análise Técnica emitida em 12/12/2019 pelo Serviço Municipal de Segurança e Proteção Civil/ Gabinete Técnico Florestal desta Câmara Municipal, apreciando o pedido e pronunciando-se em sentido favorável à pretensão da requerente.

Assim, propõe-se que, nos termos do disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, mediante o cumprimento das condições constantes da Informação/Análise Técnica supramencionada.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

6. RANCHO FOLCLÓRICO NEVEIROS DO COENTRAL – PEDIDOS DE APOIO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presente pedido formulado pelo Rancho Folclórico Neveiros do Coentral a solicitar transporte para atuarem no dia 8 de dezembro p.p., juntamente com o grupo Fragas e Giestas, no evento “Natal na Aldeia”, bem como e cedência de um espaço para mudança de vestuário.

Considerando que a atuação daquele grupo folclórico constitui um motivo de atração de visitantes para o evento em apreço;

Considerando o espírito de colaboração que deve presidir às relações institucionais e que tem sido fomentado por ambas as partes, com manifestos benefícios para o bem-comum;

Considerando que a data de atuação dos grupos não se coadunava com a realização da presente reunião, impondo uma tomada de decisão em tempo útil, foi



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

proferido em 06/12/2019 despacho de deferimento dos pedidos pela Presidente da Câmara Municipal;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar a decisão proferida.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

7. UNIÃO RECREATIVA SAPATEIRENSE – PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presente requerimento da União Recreativa Sapateirense, representada por Gualter Santos Fernandes, solicitando a emissão de licença especial de ruído para realização de música ao vivo, nos dias 7, 14, 21 e 28 de dezembro de 2019, entre as 22h.00 e as 04h.00, na sede da coletividade.

Considerando que a data do primeiro evento (07 de dezembro p.p.) não se coadunava com a presente reunião, impondo uma tomada de decisão em tempo útil, e que o processo se encontrava devidamente instruído, não existindo impedimentos que obstassem à sua apreciação, foi autorizada a emissão da licença em causa, nos termos requeridos.

Propõe-se, assim, que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar a aludida autorização.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido de licença para os restantes dias, nos termos solicitados.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

8. SPORT CASTANHEIRA DE PERA E EBENFICA – PEDIDO DE CEDÊNCIA TRANSPORTE

Presente e-mail do Sport Castanheira de Pera e Benfica a solicitar transporte no âmbito do Torneio Complementar Grupo B – Série “A” – 1.ª Fase – Infantis Sub 13 (época 2019–2020), organizado pela Associação de Futebol de Leiria.

Considerando que a atividade física e o desporto contribuem para a promoção do bem-estar, da qualidade de vida e da saúde da população, inserindo-se este no domínio das atribuições e competências do Município, conforme decorre do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando a inegável mais-valia que o Sport Castanheira de Pera e Benfica, Instituição de Utilidade Pública, representa no fomento da atividade desportiva local e na ocupação de tempos livres, nomeadamente, no seio da comunidade mais jovem;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, isentando o requerente do pagamento das taxas devidas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

9. REGULAMENTO MUNICIPAL DE UTILIZAÇÃO DO AUDITÓRIO DA PRAÇA DA NOTABILIDADE – INÍCIO DE PROCEDIMENTO

Considerando que os auditórios municipais constituem espaços privilegiados de promoção e difusão de atividades culturais essenciais para o desenvolvimento equilibrado e harmonioso de uma sociedade que não só não dispensa a prática cultural, como a reconhece como uma condição elementar da educação e vivência social do cidadão;

Considerando que para que se verifique uma correta e racional utilização do seu espaço é importante a existência de um conjunto de regras e princípios a que deve obedecer essa utilização;

Propõe-se que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), delibere dar início ao procedimento e participação procedimental do Regulamento Municipal de Utilização e Cedência do Auditório da Praça da Notabilidade, procedendo à sua publicitação na internet, no sítio institucional do Município, nos termos ínsitos naquela norma.

Mais se propõe que, nos termos do n.º 2 do artigo 55.º do CPA, a Câmara Municipal delibere delegar a direção do procedimento em apreço na Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Município, Bernardina Macedo.

DISCUSSÃO:

Interveio o Sr. Vereador António Antunes questionando se já existia alguma proposta de regulamento, ao que a Sra. Presidente esclareceu que estavam ainda no início do procedimento, isto é, que ainda não existiria nenhuma minuta do regulamento que se pretende elaborar.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

10. SPORT CLUBE DE FRIELAS – LOURES – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA RESPECTIVA TAXA

Presente e-mail remetido em 04/12/2019 pelo encarregado da equipa de futebol de infantis do Sport Clube de Frielas de Loures, solicitando, no âmbito de um torneio interdistrital, a cedência de espaço para alojamento de cerca de 23 pessoas, entre atletas e equipa técnica, na noite de sábado dia 21 de dezembro próximo, bem como a isenção do pagamento das taxas devidas para o efeito.

Considerando que, aliado ao torneio pretendem fazer ainda a visita a vários locais na área do distrito e desenvolver atividades num contexto social e recreativo, contribuindo, assim, para a divulgação e dinamização do Concelho;

Considerando que não existem impedimentos que obstem à apreciação do pedido;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, isentando o requerente do pagamento das respetivas taxas.

DELIBERAÇÃO:



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

11. CLUBE DO AMBIENTE “O GIRASSOL” DA ESCOLA BÁSICA DR. BISSAYA BARRETO – PEDIDO DE ESPAÇO NO MERCADO MUNICIPAL E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS

Presente ofício remetido pelo Clube do Ambiente “O Girassol” da Escola Básica Dr. Bissaya Barreto, solicitando autorização para utilização de um espaço no mercado municipal, no dia 14 de dezembro de 2019, com isenção do pagamento das respetivas taxas, para divulgação de atividades que têm vindo a desenvolver e a venda de alguns produtos, com o propósito de recolher fundos para, à semelhança dos anos anteriores, realizar uma visita de estudo de final de ano – “Acantonamento”.

Presente também informação/análise técnica emitida pelo Fiscal Municipal em 10/12/2019, apreciando o pedido e manifestando-se em sentido favorável à pretensão do requerente no que respeita à disponibilidade do espaço no mercado municipal.

Assim, nos termos do n.º 1 do art.º 14.º do Regulamento do Mercado Municipal e da informação técnica suprarreferida, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante, propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar a cedência do espaço solicitado, bem como a isenção do pagamento das taxas devidas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

12. JANTAR DE NATAL DO MUNICÍPIO

Considerando que o Natal é um momento propício para reunir os colaboradores num ambiente informal e descontraído, que promova momentos de convívio e reforce o verdadeiro espírito de equipa;

Considerando que a realização do jantar de natal prefigura uma medida de gestão dos recursos humanos afetos ao Município, e implica, necessariamente a realização de uma despesa;

Considerando que a realização da despesa em causa, e do respetivo contrato terá de reger-se pelo disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro;

Considerando que, deste modo, foi aberto um procedimento para adjudicação do respetivo serviço, que ora se faz presente;

Considerando os argumentos ínsitos na deliberação tomada em reunião ordinária deste órgão realizada em 14/12/2018;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere no sentido da realização de um jantar de Natal para os trabalhadores e colaboradores do Município, bem como para os membros do Executivo Municipal, com os fundamentos supra expostos e adjudicação do serviço à empresa Hotel Lagar do Lago – Conceição & Correia, Empreendimentos Turísticos, Lda., nos termos dos documentos anexos.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

13. CONVÍVIO DE NATAL PARA IDOSOS

Ponto retirado da ordem do dia

14. DIREITO DE PREFERÊNCIA DE CONFIANTE DE PRÉDIO RÚSTICO

Presente e-mail do requerente Paulo Manuel David, expondo a situação e identificando o prédio rústico objeto do direito de preferência bem como o prédio rústico confinante;

Presente Parecer da Divisão de Administração Autárquica (DAA) elaborado em 12/12/2019.

Propõe-se que, nos termos e com os fundamentos constantes do mencionado Parecer da DAA, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais fazendo da presente deliberação parte integrante, a Câmara Municipal delibere o seguinte:

- Indeferir liminarmente o pedido por não ter sido formulado junto do vendedor do prédio em causa; quando assim se não entenda, por não ter sido utilizado o procedimento que a lei prevê para o seu exercício-Ação de preferência a intentar junto das instâncias judiciais-; quando assim se não entenda, por não se encontrar devidamente instruído não tendo o requerente feito prova dos requisitos legais para o exercício daquele direito nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do Código do Procedimento Administrativo.
- Sem prejuízo do indicado no ponto anterior, e por mera cautela, seja indeferido o pedido por não se enquadrar nos pressupostos legalmente determinados para o exercício do direito de preferência desde logo porque o fim da aquisição foi a construção da ETAR do Torgal, como veio a acontecer (cfr. parte final da alínea a) do artigo 1381.º do Código Civil).

DISCUSSÃO:

Solicitou o Sr. Vereador António Antunes esclarecimentos acerca da situação apresentada.

No uso da palavra, a Dra. Bernardina indicou que o Sr. Eng.º Paulo David veio junto desta Câmara comunicar que pretendiam exercer o direito de preferência sobre um prédio rústico que, segundo indicou, seria confinante com um prédio rustico propriedade do seu pai. Ademais, pretendeu ter conhecimento de que mecanismos poderiam lançar mão visto que, entretanto, teriam tido conhecimento que aquele prédio foi adquirido pela Câmara Municipal.

Prosseguindo, a Dra. Bernardina referiu que lhe indicou que necessitaria de se inteirar sobre a situação e que o informaria posteriormente. Após verificar a situação, concluiu que o terreno rústico em questão teria sido adquirido pela Câmara Municipal, mediante escritura pública, tal como outros na mesma zona para a construção da ETAR do Torgal.

Acrescentou que em cooperação com os colegas que fazem o serviço no BUPi, se tentou compor o puzzle, por forma a perceber se aquele terreno, propriedade do Sr. Fernando, seria ou não confinante, tal como teria sido afirmado pelo munícipe.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

Atendendo à eventualidade do terreno em causa ser confinante com o Sr. Fernando, e ter sido adquirido pela Câmara, mais acrescentou que o pedido deve ser formulado junto do vendedor.

Mais acrescentou que, atendendo ao fim para o qual a Câmara adquiriu o imóvel, o Código Civil prevê a inexistência do direito de preferência, e que, mesmo que assim não fosse, o facto de a ETAR em causa ter sido construída em 2005, traria, necessariamente, efeitos sobre a prova do conhecimento da data de venda do imóvel.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

15. IGREJA VETERO CATÓLICA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DA PRAÇA DA NOTABILIDADE

Presentes e-mails da Igreja Vetero Católica a solicitar a cedência do auditório da Praça da Notabilidade, para os dias 5 de janeiro, 2 de fevereiro e 1 de março de 2020, para a celebração de missa, bem como equipamento, nomeadamente, computador, projetor, som, tela e mesa.

Considerando que, em regra, os auditórios se destinam à realização de espetáculos, congressos, conferências, seminários e eventos socioculturais, artísticos, técnico-científicos ou outros, promovidos pela autarquia, por pessoa singular ou coletiva, entidade pública ou privada, desde que se adequem às instalações e não sejam incompatíveis com a utilização de um bem público;

Considerando que o Auditório não dispõe ainda de um Regulamento de Utilização, tendo-se iniciado na presente reunião, o procedimento tendente à sua aprovação, a utilização do mesmo para fins diferentes dos constantes do considerando anterior, deve ser analisada e decidida pela entidade competente, neste caso a Câmara Municipal, não se entendendo como razoável a utilização do espaço para fins de culto religioso com caráter de regularidade;

Considerando que a utilizado para os fins pretendidos, atendendo à sua reiteração e à natureza do mesmo, não se coaduna com os fins subjacentes àquele espaço;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere indeferir o pedido formulado, notificando a requerente, nos termos dos artigos 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, para vir dizer, querendo, por escrito, no prazo de 10 dias úteis, a contar da notificação do presente projeto de decisão, o que entender por conveniente.

DISCUSSÃO:

No uso da palavra, referiu o Sr. Vereador Gonçalo Lopes que teria entendido o teor plasmado na presente deliberação, contudo tendo já o Município cedido o espaço mais que uma vez, por que razão não o fazia também desta.

O Sr. Vice-Presidente esclareceu que em outras ocasiões, o espaço foi solicitado para a realização de palestras e não para a realização do culto religioso, como teria sido expresso desta vez.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

Complementou a Sra. Presidente que são do entendimento que o Auditório Municipal não poderá servir para os fins pretendidos no pedido formulado, ademais indicou, que por estas razões é que se assume primordial a criação de um regulamento, para que possa cobrir e fundamentar estas situações.

Indicou que não viu impedimento à cessão do espaço, contudo considera que não poderá ser permanente e sistematicamente alocado àquele fim, até porque neste pedido se prevê que seja realizado mensalmente um evento daquele teor.

Manifestou o Sr. Vereador Gonçalo Lopes que constitui um ato de liberdade religiosa, e admitiu não saber como votar esta deliberação. Indicou que, uma vez existindo regulamento, estas situações estariam previstas e poderiam ser fundamentadas com base nos pressupostos inerentes à sua elaboração, *“outra coisa é não tendo”*.

Interveio a Sra. Presidente indicando que por essa razão é que se concedeu aos requerentes o prazo de 10 dias para se pronunciarem.

Complementou a Dra. Bernardina que na inexistência de um regulamento aplicável, a decisão caberá à Câmara Municipal.

Novamente no uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes expressou que não lhe causaria choque que utilizassem aquele espaço para a realização de missas, uma vez que no seu entender a pretensão constitui um ato de liberdade e que, porventura, não deve a Câmara Municipal quitar essa liberdade que assiste a quem quiser participar.

Por fim, manifestou que o referido não obsta à necessidade de a Igreja dever ser instituída de forma legal, questionando se tem contribuinte e em que forma se apresenta, se de instituição ou associação.

Em sede de resposta, referiu a Sra. Presidente que se teria apresentado como uma Igreja, não tendo conhecimento dos demais dados questionados.

Esclareceu a Dra. Bernardina que não está a ser coartada a liberdade religiosa, uma vez que ninguém privou ninguém de realizar o culto religioso. O cerne da questão reside única e exclusivamente nos fins que o Município quer atribuir ao Auditório.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta com a abstenção dos Srs. Vereadores do PS.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes justificou o sentido de voto dos Vereadores do PS mencionando que não se encontram contra o que está plasmado na deliberação, contudo fica demonstrada a premência do regulamento. Ademais, sugeriu que apesar de a deliberação já ter sido votada, se poderia ceder mais uma



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

vez o auditório, realizando a chamada de atenção que a utilização do espaço não pode ser desta forma.

O Sr. Vereador António Antunes complementou que concordam com o facto de o auditório dever ser alocado a outros fins.

16. BALANCETE

Foi presente o balancete referente ao dia 11 de dezembro de 2019, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 2.312.469,34 € (dois milhões trezentos e doze mil quatrocentos e sessenta e nove euros e trinta e quatro centavos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.235.399,92 € (dois milhões duzentos e trinta e cinco mil trezentos e noventa e nove euros e noventa e dois centavos) e as operações não orçamentais no valor de 77.069,42 € (setenta e sete mil sessenta e nove euros e quarenta e dois centavos). Os movimentos de tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.322.405,75 € (dois milhões trezentos e vinte e dois mil quatrocentos e cinco euros e setenta e cinco centavos), valor que inclui o montante de 9.936,41 € (nove mil novecentos e trinta e seis euros e quarenta e um centavos) em documentos.

Tomado conhecimento.

17. PAGAMENTOS

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 27/11/2019 e 11/12/2019, registados sob os números 1700 a 1768, no valor total de 215.546,47 € (duzentos e quinze mil quinhentos e quarenta e seis euros e quarenta e sete centavos), respeitantes a despesas orçamentais.

Tomado conhecimento.

18. REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2019

Ao abrigo do ponto 8.3.2.2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e alínea c), do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano / Plano Plurianual de Investimentos 2019 nos seguintes termos:

- 01 111 2018 72 1 – Projeto - no valor negativo de 3.500,00€;
- 01 111 2018 72 2 – Eficiência Energética – Obra de Beneficiação no valor negativo de 70.000,00€;
- 02 211 2018 74 – Cobertura entre Jardim de Infância e Escola EB1 no valor negativo de 4.990,00€;
- 02 240 2016 12 – Projeto – Reabilitação do Edifício e Logradouro Escola Primária Viscondessa de Nova Granada no valor negativo de 12.180,00€;
- 02 240 2016 13- Reabilitação do Edifício e Logradouro da Escola Primária Viscondessa de Nova Granada no valor negativo de 334.989,00€;
- 02 240 2017 62 – Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão Retorta, Pavilhão Gimnodesportivo Estaleiro Municipal e Escola do Troviscal) Incêndio/2017 no valor negativo de 76.471,00€ para 2019 e reforço para 2020 de 32.773,81€;
- 02 240 2018 75 – Beneficiação e Conservação das Casas da Habitação Social no valor negativo de 14.990,00€;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

- 02 242 2017 8 – Projeto – Requalificação do Espaço Público e Reabilitação da Frente Ribeirinha na Zona Ribeiro do Ameal no valor negativo de 9.990,00€;
- 02 242 2018 15 – Construção, Beneficiação e Reparação de Passeios no valor negativo de 3.990,00€;
- 02 242 2018 16 – Diversos Arranjos Urbanísticos no valor negativo de 15.380,00€;
- 02 244 2018 50 1 – Aquisição no valor negativo de 1.450,00€;
- 02 244 2018 51 – Aquisição e Reparações de Viaturas no valor negativo de 500,00€;
- 02 245 2017 33 – Aquisição de Recipientes para Recolha de Lixo no valor negativo de 990,00€;
- 02 245 2018 52 1 – Aquisição no valor negativo de 1.840,00€;
- 02 245 2018 52 2 – Grande Reparação no valor negativo de 5.990,00€;
- 02 246 2019 12 2 – Reestruturação de Casas de Banho Públicas no valor negativo de 26.490,00€;
- 02 251 2017 42 – Aquisição e Grande Reparação de Equipamento Básico no valor negativo de 3.590,00€;
- 02 251 2018 66 – Equipamento Informático no valor negativo de 2.690,00€;
- 02 252 2019 2 1 – Projeto no valor negativo de 6.990,00€;
- 03 320 2017 57 – Aquisição de Imóveis no valor negativo de 70.000,00€;
- 03 331 2017 44 – Rede Viária Municipal no valor negativo de 106.830,00€;
- 03 331 2017 45 – Segurança Rodoviária – Sinalização e Trânsito no valor negativo de 7.620,00€;
- 03 331 2017 46 – Aquisição de Terrenos no valor negativo de 4.990,00€;
- 03 331 2017 47 – Aquisição e Grande Reparação de Viaturas no valor negativo de 10.000,00€;
- 03 331 2017 61 – Reabilitação de Arruamentos Urbanos/Incêndio 2017 no valor negativo de 27.310,00€;
- 03 331 2017 71 – Segurança Rodoviária (Sinalética Vertical/Horizontal e Guardas de Segurança) Incêndio 2017 no valor negativo de 14.800,00€;
- 03 331 2019 3 1 – Projeto – Requalificação da Rua Dr. Ernesto Marreca David no valor negativo de 3.670,00€;
- 03 331 2019 3 2 – Requalificação da Rua Dr. Ernesto Marreca David no valor negativo de 31.300,00€;
- 03 331 2019 6 1 – Projeto – Construção de Passeios na Urbanização das Piscinas, Avenida de Leimen e na EN 236 Moredos no valor negativo de 3.320,00€;
- 03 331 2019 6 2 – Construção de Passeios na Urbanização das Piscinas, Avenida de Leimen e na EN 236 em Moredos no valor negativo de 35.775,00€;
- 03 331 2019 7 1 – Projeto – Construção de Passeios na EN 236-1, à Entrada da Vila de Cast^a. de Pera e Acesso ao Estádio da Retorta e Pavilhão Municipal no valor negativo de 1.820,00€;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

- 03 331 2019 7 2 – Construção de Passeios na EN 236-1, à Entrada da Vila de Cast^a. de Pera e Acesso ao Estádio da Retorta e Pavilhão Municipal no valor negativo de 18.280,00€
- 03 331 2019 11 1 – Projeto – Eliminação de Postos de Conflito entre Automóveis e os Peões – Construção de Passeios nas Imediações da Praia das Rocas ao Vale Feitoso no valor negativo de 1.940,00€;
- 03 331 2019 11 2 – Eliminação de Postos de Conflito entre os Automóveis e os Peões – Construção de Passeios nas Imediações da Praia das Rocas ao Vale Feitoso no valor negativo de 19.865,00€;
- 03 342 2018 85 1 – Percursos Pedestres BTT/Trail/Trilho Terras de Peralta no valor negativo de 89.990,00€;
- 03 342 2018 86 – Passadiços das Quelhas no valor negativo de 86.571,00€.
- E propõe-se também a aprovação da 3^a. Revisão às Grandes Opções do Plano/Atividades Mais Relevantes 2019 por redução ou anulação da despesa de alguns projetos:
- 02 246 2017 75 4 – Consolidação e Recuperação de Taludes e Margens no valor negativo de 44.110,00€;
- 02 246 2018 5023 – Limpeza das Bermas e Faixas de Gestão de Combustível no valor negativo de 148.080,00€;
- 02 246 2018 5024 – Intervenções de Estabilização de Emergência Pós-Incêndio/Incêndio 2017 no valor negativo de 108.200,00€;
- 02 252 2017 5013 – Apoio a Associações e Coletividades/Capital no valor negativo de 50.490,00€;
- 03 342 2018 85 2 – Aquisição de Serviços no valor negativo de 1.340,00€;
- 03 342 2018 85 3 – Publicidade no valor negativo de 140,00€;
- 04 420 2014 9 3 – Despesas de Capital no valor negativo de 19.670,00€;

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere submeter a presente deliberação à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

DISCUSSÃO:

Foi solicitada a presença do Dr. João Pegado, para que esclarecesse dúvidas dos Srs. Vereadores na matéria em questão.

No uso da palavra, questionaram os Srs. Vereadores do PS acerca do montante de saldo que transitaria para 2020.

Em resposta, o Dr. João Pegado informou que atualmente estariam 2 milhões, no entanto ainda se efetuaram alguns pagamentos e até ao final do ano alterariam este valor.

Solicitou a palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionando as razões que estavam na origem da presente revisão.

Esclareceu o Dr. João Pegado que alguma receita e despesa inicialmente prevista não se veio a executar, pelo que a revisão em causa se efetua por razões meramente técnicas e atendendo ao disposto no artigo 56.º da Lei 73/2013, de 3



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

de setembro, que funciona como um mecanismo de alerta precoce que determina que, no caso de não se atingir 85% da receita prevista são informados os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa. Ademais, referiu que a alteração em causa é feita com a anulação de receita e despesa, precavendo que o Município se encontre naquele mecanismo, pelo que se considerou preferível que sejam efetuados os referidos ajustes. Para além disto, indicou que existem pedidos de pagamentos efetuados que ainda não deram entrada e que dificilmente serão recebidos ainda no ano de 2019. Deste modo, demonstrou-se necessário realizar o presente ajuste.

Seguidamente, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que segundo os esclarecimentos dados, em termos de execução poderiam inferir que não transitarão um milhão e meio para 2020, uma vez que parte daquele montante já estará executado.

Novamente no uso da palavra, o Dr. João Pegado indicou que a alteração em causa se interliga mais com a receita do que com a despesa. Contudo, manifestou que, naturalmente, ao existir um corte na receita, terá indubitavelmente que existir a contrapartida na despesa, havendo anulação quer do lado da receita, quer do lado da despesa. Mais informou que este tipo de alterações ocorre uma vez, em regra no final do ano, quando se faz este ajustamento do orçamento e que o mesmo se prende com aquele preceito acima elencado.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta com a abstenção dos Srs. Vereadores do PS.

19. REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2019

Ao abrigo da alínea a) da nota 8.3.1.2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprova a 3.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, no valor de 1.763.121,00 € (um milhão setecentos e sessenta e três mil cento e vinte e um euros) por anulação, e da 3.ª Revisão ao Orçamento da Receita, no valor de 1.763.121,00€ (um milhão setecentos e sessenta e três mil cento e vinte e um euros) por anulação.

Mais se propõe, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal delibere submeter a presente Revisão à Assembleia Municipal para os efeitos do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I do mesmo diploma legal.

DISCUSSÃO:

Tomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou se esta revisão consubstanciaria a contrapartida na despesa, por que razão o valor aqui elencado era superior ao apresentado na deliberação anterior.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

Em resposta, esclareceu o Dr. João Pegado que nas GOP'S e PPI o valor seria aquele (1.503.121,00€), contudo a alteração ao orçamento incluía alterações/compensações que não teriam a ver com as GOP'S, uma vez que constituíam rubricas próprias do orçamento, daí a discrepância entre valores.

Assim sendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes manifestou concordância com o que acabar de ser dito, referindo que a revisão às GOP'S e a revisão ao Orçamento se tratariam de coisas díspares, no entanto salientou que a ordem da agenda gerava alguma confusão.

Mais acrescentou que, objetivamente, dos valores apresentados faltava executar 1.763.121,00€, embora ainda haja pagamentos para fazer até ao final do presente ano, questionando se o raciocínio agora plasmado estaria correto.

Nesta senda, o Dr. João Pegado anuiu com o raciocínio do Sr. Vereador, tendo ainda referido que nas obras que estão executadas não existindo receita, terá que se ir buscar a outras rubricas que não estão executadas. Ou seja, aquilo que está a dizer está correto, *“eu para estar a retirar 1.763.000,00€ do lado da receita, tenho que ir buscar àquilo que não está executado, nem vai ser executado este ano, para poder anular”*.

Acrescentou ainda, que *“nos fundos comunitários onde nós estamos a tirar, a maioria está feita e vai ficar concluída até ao final do ano, só que mesmo que se faça o pedido até ao final do ano, com muita dificuldade nós conseguimos arrecadar esta receita até essa data.”*

Novamente no uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que concluía assim, que a alteração se prendia com montantes que a Câmara Municipal faltava receber, questionado também acerca do valor que faltava a nível das participações dos projetos.

Esclareceu o Dr. João Pegado que em fundos comunitários seria sensivelmente 1.100.000,00€, e dando como exemplo a Candidatura ao FEADER explicou que o pedido será feito até ao final do ano mas que, possivelmente, só será recebido no próximo ano, informando que neste momento só foram recebidos 42.000,00€.

Acrescentou ainda que, alguns acertos também residem no facto de, inicialmente, se ter previsto um valor e que, posteriormente, com o lançamento das candidaturas, se constatou que as obras em si teriam um custo menor, pelo que houve também diminuição nessa matéria.

Após este esclarecimento, o Sr. Vereador António Antunes questionou qual o montante em causa, tendo o Dr. João Pegado esclarecido que a questão se prende com as medidas relacionadas com os incêndios de 2017, sendo que, por exemplo, em relação ao FEDER o montante rondaria os 200 mil euros.

Retomando, o Sr. Vereador António Antunes questionou qual a razão desse valor abaixo tendo o Dr. João Pegado referido que quando foi elaborada a candidatura estimou-se um valor superior para a sua execução.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

O Sr. Vereador António Antunes perguntou se esse financiamento era a 100%, e se, porventura, não fosse executado se receberíamos esse valor.

Em resposta, a Sra. Presidente explicou que o financiamento era a 100%, contudo não sabia se iríamos receber o diferencial entre o valor executado e o valor executado.

Em complemento, o Dr. João Pegado explicou que nesse caso houve uma poupança nos dinheiros públicos.

Interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes alegando que aquilo que pretendiam saber era se a não execução daquele valor implicaria a perda do acesso aos fundos em questão.

Em resposta, a Sra. Presidente transmitiu que até podem perder, no entanto, as empreitadas terão sido adjudicadas por valor inferior ao inicialmente previsto.

Seguidamente, o Sr. Vereador António Antunes indicou que a sua preocupação residia no facto de terem contratualizado por 200 mil ou 300 mil e o Município ter perdido 50 mil euros de investimento que estaria cabimentado. No entanto, já entendeu que tal ocorreu porque as regras de contratação pública assim o ditaram.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta com a abstenção dos Srs. Vereadores do PS.

20. ALTERAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2019

Propõe-se que a Câmara Municipal, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere ratificar o despacho proferido pela Presidente da Câmara Municipal em 06/12/2019, autorizando a 23.ª Alteração às Grandes Opções do Plano, no valor de 10.000,00 € (dez mil euros), no Plano Plurianual de Investimentos, por reforço e anulação, e no valor de 15.320,00 € (quinze mil trezentos e vinte euros), nas Atividades Mais Relevantes, igualmente, por reforço e anulação.

Mais se propõe que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do diploma suprarreferido, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 24.ª Alteração às Grandes Opções do Plano, no valor de 248.560,00€ (duzentos e quarenta e oito mil quinhentos e sessenta euros), nas Atividades Mais Relevantes, por reforço.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta com a abstenção dos Srs. Vereadores do PS.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

21. ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DE 2019

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho proferido pela Presidente da Câmara Municipal em 06/12/2019, autorizando a 25.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 19.750,00€ (dezanove mil setecentos e cinquenta euros), por reforço e anulação.

Mais se propõe que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do diploma suprarreferido, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 26.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 250.160,00€ (duzentos e cinquenta mil cento e sessenta euros), igualmente, por reforço e anulação.

DISCUSSÃO:

A Sra. Presidente esclareceu que a presente proposta de deliberação inclui a 25.ª e 26.ª alteração ao orçamento, sendo que a 25.ª alteração tem a ver com a questão dos transportes e os seguros dos membros da Assembleia Municipal e a 26.ª alteração tem a ver com a alteração ao orçamento.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta com a abstenção dos Srs. Vereadores do PS.

22. ALTERAÇÃO À PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2020

Ponto retirado da ordem de trabalhos.

23. LIQUIDAÇÃO TOTAL ANTECIPADA DE EMPRÉSTIMOS

Considerando de relevante interesse a redução da dívida do Município, nomeadamente, atendendo ao impacto positivo que daí advém para a despesa corrente, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar o reembolso antecipado total da verba respeitante aos seguintes contratos:

- Contrato de Empréstimo n.º PT00350219000515191, no montante de 8.802,32 € (oito mil oitocentos e dois euros e trinta e dois cêntimos), acrescido dos juros à data da liquidação;
- Contrato de Empréstimo n.º PT00350219000525991, no montante de 239.756,31 € (duzentos e trinta e nove mil setecentos e cinquenta e seis euros e trinta e um cêntimos), acrescido dos juros à data da liquidação.

DISCUSSÃO:

No uso da palavra, a Sra. Presidente começou por indicar que a amortização destes dois empréstimos iria permitir ao Município libertar despesa corrente, indicando que sem esta tomada de posição dificilmente se conseguiria contratar quem quer que fosse.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

Interveio o Dr. João Pegado referindo que o Município tem um peso muito significativo a nível de amortizações de empréstimos, sendo que a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, coloca as amortizações no campo das despesas correntes.

Seguidamente o Sr. Vereador António Antunes solicitou que fosse enviada a documentação devida que possa sustentar a análise e posição dos Vereadores do PS, para que tenham oportunidade, em sede de reunião de câmara, retirar as dúvidas que tenham acerca das matérias. Desta, manifestou que entende a razão pela qual há intenção de amortizar os empréstimos em questão, todavia indicou que não detém informação de quais os empréstimos estão em questão, nem tão pouco dos valores, nem as respetivas taxas ou custos de amortização, uma vez que a deliberação foi apresentada sem quaisquer documentos anexos.

Nesta senda, foram esclarecidos pelo Dr. João Pegado que os juros inerentes a estes dois empréstimos, referindo que, num deles seria de 2€ e no outro entre os 20€ e os 50€.

No uso da palavra, indicou o Sr. Vereador Gonçalo Lopes que os juros seriam liquidados na fase que antecede a amortização, tendo o Sr. Dr. João Pegado anuído.

Com a palavra, a Sra. Presidente indicou que o empréstimo de menor valor terminaria no próximo ano, enquanto o empréstimo contraído para as infraestruturas teria o seu término em maio de 2021. Ademais, informou que relativamente ao primeiro a amortização se deveu ao seu insignificante valor, enquanto no segundo vigorou o critério de maior libertação de despesa corrente, por comparação aos empréstimos em curso que se poderiam amortizar antecipadamente.

Complementou o Dr. João Pegado que o critério que residiu na escolha de amortização destes empréstimos não foi tanto o das taxas, mas sim o da libertação de verba corrente, na medida em que dada a situação atual o Município se encontra muito confinado àquilo que recebe do Estado, pelo que a libertação destes empréstimos se afirmou mais benéfica para o Município.

Nesta senda, questionou o Sr. Vereador António Antunes se não se afirmaria como opção libertar o encargo do empréstimo realizado para apoio na reconstrução de segundas habitações.

Em resposta, alertou a Sra. Presidente que o valor pedido pode não ser utilizado na totalidade e para além do mais, pela análise às taxas dos empréstimos em curso, constatou-se que esta opção seria mais favorável.

Acrescentou o Dr. João Pegado que a libertação só é permitida com a liquidação total do empréstimo. Referiu que a opção mais vantajosa seria a do reequilíbrio financeiro, mas tal não é possível na medida em que não basta



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

somente uma tranche e que, mesmo havendo uma amortização parcial, tal não significaria um decréscimo significativo.

Seguidamente e demonstrando compreensão pela necessidade de arranjar mecanismos que permitam a contratação tal como anteriormente referido pela Sra. Presidente, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, a talhe de foice, questionou os membros do executivo se sabiam o valor total pelo qual teria sido aprovado o orçamento de Figueiró dos Vinhos e a razão pela qual tal teria sido possível.

Tomando a palavra, a Sra. Presidente afirmou que embora não tenha elementos para dar resposta à questão, considera que as duas situações não são comparáveis, nada obstando a que, a futuro, com a dinâmica que se tem tentado implementar em Castanheira de Pera e com o centro empresarial que se visa criar tal não seja possível.

Em resposta, indicou o Sr. Vereador Gonçalo Lopes que, de facto, Figueiró dos Vinhos “vai a todas”, tendo aprovado um orçamento no valor de 14 milhões de euros. Assim, e considerando o exposto, questionou o executivo se será a modernização administrativa que colocará Castanheira de Pera nesse patamar, ao que a Sra. Presidente referiu que tal poderá consubstanciar um passo para alcançar esse objetivo.

Por último, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes indicou que não valora a realização da modernização administrativa se, posteriormente, não existirem fundos para o investimento.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta com a abstenção dos Srs. Vereadores do PS.

24. SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS NO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA – ANO 2019/2020 – RATIFICAÇÃO DE DESPACHOS

Presentes despachos proferidos pela Presidente da Câmara Municipal, respetivamente, em 09/09/2019, 03/12/2019 e 04/12/2019, sobre o serviço de transporte de passageiros no concelho de Castanheira de Pera – ano 2019/2020.

Considerando os argumentos ínsitos nos mesmos e atendendo ao facto de o Município ser a autoridade de transporte no âmbito da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere proceder à sua ratificação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

ENCERRAMENTO

25. ENCERRAMENTO



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 24/2019

Reunião Ordinária de 13 de dezembro de 2019

Não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram dezassete horas e vinte minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: _____

A Secretária: _____